

L E I Nº 1.427/81

Data: 03 de dezembro de 1981.

Súmula: Estima a Receita e fixa a despesa do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro de 1982.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1982 discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 307.000.000,00 (trezentos e sete milhões de cruzeiros).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, e de acordo com o seguinte desdobramento:

1- RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 Receitas Correntes Cr\$ 302.788.000,00

Receitas Tributária Cr\$ 45.236.500,00

Receita Patrimonial Cr\$ 30.000,00

Receita Industrial Cr\$ 3.755.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 244.411.000,00

Receitas Diversas Cr\$ 9.355.500,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL Cr\$ 4.212.000,00

Alienação de bens móveis e imóveis Cr\$ 10.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 4.202.000,00

TOTAL: Cr\$ 307.000.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1. DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

1.1 Programação à conta de recursos do tesouro Cr\$ 58.387.000,00

1.2 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 248.613.000,00

Total: Cr\$ 307.000.000,00

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 Órgão Legislativo Cr\$ 9.000.000,00

Câmara Municipal Cr\$ 9.000.000,00

2.2 Órgão Executivo Cr\$ 298.000.000,00

Executivo Municipal Cr\$ 11.539.400,00

Departamento Administrativo Cr\$ 28.189.395,00

Departamento de Fazenda Cr\$ 17.207.284,00

Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$ 141.257.400,00

Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 88.605.021,00

Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 11.201.500,00

TOTAL: Cr\$ 307.000.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, de acordo com o artigo 67 da Emenda Constitucional nº 01 de 17 de outubro de 1969.

Art. 5º - Os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Município terão na forma da Lei, orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos deliberação coletiva e aprovados por decretos

do Executivo Municipal, sendo que a receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, estaduais, federais e outras receitas correntes e de capital e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os Orçamentos próprios de que trata este artigo poderão ser suplementados por decretos do Executivo Municipal servindo como recursos o constante do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares nos limites com a seguinte finalidade:

I – Para atender despesas vinculadas a receitas, até o limite dos excessos de arrecadação efetiva das receitas a que estiverem vinculadas.

II – Para atender quaisquer despesas até o limite de 30% da despesa orçamentária, servindo como recursos os constantes no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

III – Para atender despesas com as fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas nos respectivos orçamentos, a títulos de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recursos as fontes indicadas no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 03 de dezembro de 1981.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

